



**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA
SEGMENTO CARGAS SECAS**

Local: Edifício Sede do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Brasília - DF, 6º andar - Sala Interativa do Gabinete do Ministro.

Data: 14/12/2016

Início: 14h15

Término: 17h00

Coordenação: Herbert Drummond

Presentes: Lista de presença anexa

Próxima reunião: 22 de fevereiro de 2017 – 14h

AVISOS INICIAIS

Após a apresentação de todos os membros presentes, o Coordenador informou os links <http://www.transportes.gov.br/forum-trc.html> para acesso a página do Fórum TRC, o link para assistir à reunião ao vivo (<http://vc.transportes.gov.br>) e o e-mail para dúvidas durante a reunião: forum.duvidas@transportes.gov.br.

PAUTA

1 - HOMOLOGAÇÃO DA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A ata foi aprovada sem ajustes.

2 – EXPEDIENTES

Érico Guzen fez a leitura dos documentos encaminhados à Coordenação do Fórum. Foi recebido, em 17/11, Ofício nº 53/2016, da CNTA – Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, pelo qual a entidade agradece o apoio e esforço despendido pela Coordenação do Fórum para a nomeação dos representantes da CNTA como membros da Câmara Temática de Assuntos Veiculares – CTAV do CONTRAN. Registrou também o recebimento, em 29/11, do e-mail da AMPEF – Associação das Administradoras de Meios de Pagamento Eletrônico de Frete e Vale Pedágio, em resposta às dúvidas da FECOMBUSTÍVEIS.

3 - ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia se iniciou com a apresentação, pelo membro Rone Barbosa, da Operação Rodovida. Trata-se de Operação conjunta de vários Ministérios, Órgãos Federais e, neste ano, conta com o apoio do Fórum TRC. Será lançada no dia 16/12/2016 pelo Presidente da República. Contempla 100 trechos críticos de rodovias federais, em 17 unidades da Federação, e tem por objetivo aumentar a presença dos órgãos públicos envolvidos com o trânsito nos principais períodos e vias, através de integração e ações conjuntas, a fim de reduzir a violência no trânsito. Ainda, relatou que foram discutidas algumas ações para aprimoramento do esforço legal: critérios a serem adotados na questão do excesso de peso; e reavaliação dos parâmetros de controle de velocidade, trazendo novas tecnologias, como o "tagueamento" dos veículos. Falou também das campanhas educativas, que são ações integradas entre vários Órgãos Federais. Em particular, o Ministério da Saúde e a Polícia Rodoviária Federal estarão nas estradas promovendo algumas ações pontuais. Rone ficou de enviar aos membros as ações de cada Órgão, não só que visem à segurança nas rodovias, mas as que contemplam fatores indutores, por meio eletrônico. Disse que conta com o apoio das entidades do Fórum para que as informações cheguem aos motoristas profissionais e embarcadores.

Fonseca aproveitou a oportunidade para reclamar do atraso na implantação do TAG.

Rone disse que o Ministério não se envolveu diretamente porque a competência é do CONTRAN e do DENATRAN. Entretanto, considerando a necessidade dessas informações para fins de planejamento de transportes o MTPA decidiu colaborar na revisão da regulamentação e na implantação do projeto piloto do RNTRC.

Rone passou a falar sobre as Resoluções do CONTRAN nºs 627 e 635, de 30 de novembro de 2016. A partir destas resoluções a AE pode ser obtida a qualquer tempo para os veículos equipados com tanques que apresentem excesso de até 5% nos limites de peso bruto total ou peso bruto total combinado; o cavalo trator foi desvinculado das unidades tracionadas; o mesmo procedimento foi feito para as AET's. Foi simplificado o processo. A AET, a partir de agora, traz apenas a placa da unidade tratora e o modelo que se está vinculado à Portaria 63 do DENATRAN.

Drummond falou do avanço da proposta contemplada no PL 528/2015. Em seguida passou a palavra ao Alziro para, como representante do GT 2, apresentar Termo de Proposição - TP.

Alziro iniciou lembrando que o GT 2 é o grupo que trata do contrato de transporte. Reuniram-se 2 vezes e fizeram uma apresentação e que ele, como coordenador da parte dos autônomos foi o responsável por preparar o texto que ora é apresentado.

Drummond sugeriu que fosse lido o texto em plenário para ciência e submissão aos membros.

Alziro iniciou a leitura.

Litti ressaltou, com relação ao PEF, que, além da troca da carta-frete que já é vedada, importante incluir a transferência em óleo lubrificante, em óleo combustível, a quantidade mínima para que se tenha a transação comercial.

Alziro comentou que a intenção é discutir com a ANP, que por meio de suas resoluções, vede qualquer tipo de custo pro caminhoneiro, vedando a carta-frete, a venda mínima e de venda casada, mesmo através dos cartões-frete.

Drummond ressaltou que o TP contém vários assuntos distintos.

Rone disse que a grande dificuldade de tratá-los são os diferentes encaminhamentos. Sugeriu desmembrar os assuntos em vários TP's.

Érico Guzen disse a Alziro que a Secretaria do Fórum vai enviar o modelo atualizado de TP.

Drummond, com relação ao Item 5 do TP sobre o Marco Regulatório, disse que o pessoal do Marco Regulatório informou ao Ministro que o texto ainda não estava concluído e, por isso, ainda não havia sido colocado formalmente para a Comissão. Solicitaram ao Ministro que o MTPA tivesse algum envolvimento. O Ministério irá se pronunciar oficialmente, respeitado o trâmite processual. Ressaltou que o tempo é do Poder Legislativo e que não há como interferir.

Alziro, com relação ao TAG, destaca a necessidade do Fórum recomendar que sejam utilizadas as atuais TAG's disponíveis no mercado para baratear o custo, tendo em vista que as especificadas na regulamentação estão ultrapassadas e são mais caras. Ainda, o "tagueamento", é opção para se cobrir o grande volume de movimentação de transporte.

Finalizada a leitura do TP, Drummond abriu a palavra aos membros para discussão.

China solicitou vistas do TP, alegando não ter participado das reuniões anteriores, necessitando de conhecimento mais significativo. Pleiteou inclusive envio de comunicado antecipado de agendamento das reuniões do grupo para sua participação.

Paulo Afonso, a respeito do Item 10 do TP (proibição da subcontratação de empresa de transporte), alegou que vai gerar uma grande dificuldade das empresas regionais, uma vez que são subcontratadas pelas empresas maiores. Sugeriu encontrar outra forma de coibir as empresas agenciadoras de carga.

Litti falou que pode ser visto, inclusive consonante com o que o Marco Regulatório coloca, que a pequena empresa – até 10 caminhões – não faça contratação do autônomo e nem a subcontratação da própria empresa.

Paulo Afonso disse que a questão é vulnerável. Várias empresas trabalham dessa forma hoje em dia. Há de se combater os agenciadores de outra forma.

Baldez solicitou vistas do TP.

Norival ressaltou a importância dos embarcadores no processo para se evitar o achatamento do frete.



FORUM PERMANENTE PARA O TRANSPORTE

RODOVIÁRIO DE CARGAS

Noboru disse que vários pontos do TP já estão em andamento. Solicitou atualização. Lembrou que PEF, Vale Pedágio e TAG já estão com as discussões bem avançadas. Solicitou vistas do TP.

João Paulo disse que a reivindicação era a utilização da TAG que já existe. E assim foi regulamentada a utilização dessa TAG. Com relação ao Vale Pedágio o avanço de fiscalização eletrônica está em uma fase madura. Já há 27 pontos de fiscalização eletrônica nos principais corredores que faz a leitura da placa e a leitura da TAG. Na medida em que o veículo passa pela praça de arrecadação a Agência já sabe se o veículo tem ou não crédito. Até o fim do ano serão 39 pontos de fiscalização instalados. Com esses pontos de fiscalização eletrônica houve um aumento de mais de 2.500% no poder de fiscalização da ANTT.

Alziro contextualizou afirmando que o texto é de junho e julho de 2016 e que foram apresentados em agosto de 2016. O TP reflete o resultado do trabalho apresentado em agosto. Entretanto, é necessária a atualização.

Drummond solicitou que a ANTT informe regularmente ao Fórum as medidas em curso que a Agência estiver à frente, que sejam de interesse dos transportadores de cargas.

Luiz Antonio Fayet questionou acerca do encaminhamento a ser dado com relação ao documento recebido da AMPEF, pois tem restrições ao mesmo.

Rone relatou que a AMPEF respondeu à FECOMBUSTÍVEIS que fez as perguntas e que a FECOMBUSTÍVEIS é quem avalia as respostas dadas.

Luiz Antonio Fayet relatou a sugestão da força-tarefa das autoridades para a solução a respeito da fórmula para remuneração dos transportadores. Após, deve-se fazer um *check list* para saber o andamento dos encaminhamentos.

Eurico concorda com Fayet e disse que isso é uma carta-frete transformada em cartão.

Drummond solicitou à ANTT que coordene esse contato com as autoridades governamentais para aprofundar mais um pouco os esclarecimentos.

Tigrão fala da cobrança de estadias. Algumas empresas dizem que pagam a estadia, mas que não carregam mais o caminhão na empresa.

Noboru pediu que Tigrão formalizasse à ANTT para que a fiscalização tomasse as providências.

João Paulo disse que a ANTT não pode regular o frete e nem a estadia. A única coisa que pode fiscalizar é a documentação de saída e chegada da carga.

Paulo Afonso reclamou do canal de comunicação da ANTT

João Paulo falou da construção da fábrica de software e do SIFAMA que vão ampliar o canal de comunicação.

Noboru disse que a Agência tem um canal institucional que é a Ouvidoria que recebe as denúncias. Solicitou as denúncias do Norival para verificar como estão essas denúncias.

Fonseca também reclamou das denúncias sem resposta e da burocracia da ANTT. Ficou de enviar os protocolos para Noboru.

4 – ASSUNTOS GERAIS

Drummond abriu espaço para comentários acerca do PL 528/2015.

Fonseca acredita que a tabela de frete não vai ter efeito, mas respeita a atitude tomada. Falou de trabalharem num Plano B para ser usado no futuro, caso seja preciso. Falou do PL do Senador Petecão para acabar com a contribuição sindical. Convida a todos para ajudarem a derrubar esse PL.

Baldez colocou-se à disposição do Plano B. Não acredita no tabelamento de preço. Não concorda com o PL 528/2015 e se coloca à disposição para buscar alternativa.

Luiz Antonio Fayet não vê a tabela de preço como a resolução do problema. O mercado do agronegócio internacional cresce mais de 3% a.a. e não é bom ter conflito com o maior cliente do setor de transportes. Não se resolve nada individualmente.

Litti disse que a tabela de frete garante o mínimo para a sobrevivência do caminhoneiro.

Paulo Afonso ressaltou a posição contrária da entidade com relação à política de tabelamento de preço.

Norival pediu justificativas aos que não apóiam. Disse foi entregue aos Deputados documento pleiteando direitos dos caminhoneiros. Não foram pedir tabela de frete.

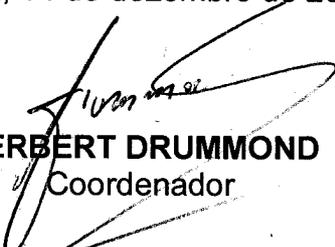
Noboru registrou que não existe tabela de frete. Desmentiu áudio que fala da obrigatoriedade e penalidade do descumprimento da tabela de frete.

China ficou de enviar apresentação sobre os trâmites no Congresso Nacional para divulgação no e-mail.

Drummond falou do art. 4º do Regimento Interno – indicação das representações. Vai revisar a participação das entidades no Fórum, principalmente sob o aspecto da participação. Também, será enviada lista para que sejam revistos e acrescentados os temas a serem discutidos em 2017.

Próxima reunião está agendada para 22/02/2017

Brasília, 14 de dezembro de 2016.



HERBERT DRUMMOND
Coordenador

